Após ter permanecido estagnada, ou até mesmo declinado por vezes, a População Economicamente Ativa (PEA) metropolitana voltou a crescer na virada do semestre. Contudo, apesar deste crescimento, o seu nível para o mês de setembro é inferior àquele observado em setembro de 1996, refletindo uma queda de cerca de dois pontos percentuais na taxa de participação. Este encolhimento da PEA se fez sentir de forma mais marcante entre os homens, entre as pessoas mais jovens (de 15 a 24 anos) e na região metropolitana de São Paulo.

Este fenômeno, em escala ligeiramente amplificada, se repetiu no que diz respeito ao nível de ocupação. Neste particular, é interessante notar que a estrutura ocupacional segundo o grau de instrução vem mudando bastante ao longo dos últimos meses, na medida em que o número de trabalhadores ocupados com menor escolaridade vem diminuindo, tanto em termos relativos quanto absolutos, com o oposto ocorrendo para aqueles com mais instrução. Em princípio isto pode ser encarado como uma indicação de que, por um lado, a demanda em vários setores está de fato se tornando mais intensiva em mão-de-obra mais qualificada e, por outro, os setores de Comércio e Serviços, refúgio natural dos trabalhadores menos qualificados, estão diminuindo sua capacidade de abrigá-los.

No caso dos trabalhadores mais jovens e da região de São Paulo, têm-se que a queda da taxa de participação ocorreu em meio a ligeiro crescimento do desemprego e queda dos rendimentos médios. Fica, assim, caracterizada uma redução na atratividade do mercado de trabalho, pelo menos em algumas situações específicas. Mesmo não sendo generalizada, esta constatação é algo preocupante. Isto é particularmente verdadeiro para o caso de São Paulo, cujo mercado de trabalho poderia ser, a priori, o mais atingido por uma eventual desaceleração da atividade econômica no início de 1998. Como esta região tem um grande peso na determinação da taxa de desemprego agregada (ver gráfico 7, na seção Análise do Mercado de Trabalho), além de já apresentar um desemprego superior à média, isto pode tornar inexorável uma elevação do desemprego metropolitano nos primeiros meses do próximo ano, além dos níveis tradicionalmente ditados pelos padrões de sazonalidade.

Em relação à evolução recente do desemprego aberto, embora a PED tenha indicado uma pequena elevação em São Paulo no mês de setembro (0,3 ponto percentual), os dados da PME revelam uma queda generalizada. Apesar de menos acentuada, esta tendência é similar à do ano anterior. Em circunstâncias normais, seria natural esperar que ela permanecesse, ou até mesmo se acentuasse, nos meses restantes do ano. Resta saber, todavia, como os mercados de trabalho metropolitanos serão afetados pela recente elevação nas taxas de juros e pelas medidas de ajuste fiscal em discussão no Congresso. Como o ciclo de formação de estoques para as festas natalinas já se encontrava próximo do final quando do aumento dos juros, é possível que o primeiro impacto não seja muito forte, ficando mais restrito às atividades de comercialização. Parece lícito conjecturar, então, que as taxas de desemprego continuem a declinar, embora não na dimensão verificada em 1996. Os efeitos mais fortes, na hipótese de permanência do cenário macroeconômico atual, se fariam sentir do início de 1998 em diante.

Após alguns meses de redução, os rendimentos médios voltaram a crescer em tempos recentes, notadamente nos dois últimos meses pesquisados pela PME. Esta recuperação vem ocorrendo também para São Paulo, mas não foi, pelo menos até aqui, forte o suficiente para colocá-la nos mesmos níveis que prevaleceram em 1996, de tal sorte que ela é a única a apresentar perdas reais de renda nos últimos 12 meses (Tabela A.4.7.1, no Apêndice Estatístico). Os ganhos de renda real foram também observados para as principais formas de inserção no mercado (excetuando-se os empregadores). Os diferenciais de rendimentos revelam comportamentos ligeiramente distintos, tendo variado bastante quando se comparam os empregados com carteira contra os sem carteira, e permanecido estáveis para o caso dos com carteira em relação aos trabalhadores autônomos.

Por fim, as alterações na estrutura do emprego de acordo com a posição na ocupação têm sido diminutas nos últimos tempos, com o grau de formalização oscilando no interior do intervalo de 46% a 47%. O processo de informalização das relações de trabalho, que se fez presente durante a maior parte da década, parece, desta forma, ter chegado a termo. Desnecessário frisar, há que se aguardar os impactos das mudanças na política econômica para melhor avaliar a consolidação desta estabilização da informalidade.